



Ata da Reunião Ordinária 295ª do CEAS

Data/Hora: 11/06/2025 –09:00 às 12:00

Local: Sala de reunião do Centro de Operações integradas da Segurança Pública – COI

Participantes:

Conselheiras/os da Sociedade Civil: Srª Maria Sueli Sobral Oliveira – Movimento Nacional de População de Rua - Presidente; Srª Luciana Ribeiro Xavier Santos – Humana Povo para Povo; Srª Conceição Pinto Souza – Associação Pleno Cidadão – ASPEC; Srº Bruno Alves da Cruz Ferreira Borges – Instituto Congevir; Srª Beatriz Freire – CAPEMISA – Instituto de Ação Social; Srº Kâhu Pataxó – Instituto Mãe Terra; Srª Glória Maria Machado Pimentel – FENAPSI – Federação Nacional, das(os) Psicólogas (os); Srº Verinilson Lima Lucio – CRESS – Conselho Regional de Serviço Social da Bahia 5º Região; Srª Janaína Dias de Oliveira – Movimento Reinventar da Bahia; Srº Reinaldo Costa – CECAP – Central Estadual de Associações das Comunidades Tradicionais da Agricultura Familiar e Campesina da Bahia; Srº Lucas Gonçalves de Jesus – Rede Bahia Invisível; Srº Edval Costa Serpa Júnior – Fórum de Entidades Negras da Bahia (FENEBA - MNU/BA).

Conselheiras/os Governamentais: Srª Aline Araújo Silva – SEADES - Vice-Presidente, Srª Gabriele Rocha Dutra – SEADES/SAS; Srº Jonata da Costa Lopes Oliveira – SEADES; Srº Laércio Conceição Santana – SEADES, Srª Jussara Correia Ribeiro; Srº Márcio Gardel – SEADES; Srª Simone Oliveira – SEFAZ; Srª Maria Aparecida Presídio – SEPLAN; Srª Emanuela Silva Brito – COEGEMAS.

Equipe Técnica do CEAS: Srª Sarana Brito - Secretária Executiva; Srª Virgínia Brandão – Sec. Adm.; Srª Luiza Santos – Téc. Adm.; Srº Edmilson Bispo – Téc. Adm.; Srª Letícia Lins – Téc. Adm; Srª Damiana Santos – Estagiária.

Convidados: Srª Lara Matos – SEPLAN.

A presidente, Sueli Oliveira, iniciou a 295ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) saudando a todos os presentes e, em especial, dando as boas-vindas às novas conselheiras da Secretaria do Planejamento: Maria Aparecida Fortes de Almeida Presídio, que assume como titular, e Jussara Correia Ribeiro, suplente indicada pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Ambas foram calorosamente acolhidas pela presidência e pelos demais membros do colegiado. Foi então lido e iniciado os pontos de pauta das reuniões.

PAUTAS:

1. **Atualização da aplicação de recursos provenientes de emenda parlamentar federal e portaria MDS nº 886 de 2023 – GND 4;**

O primeiro ponto de pauta foi apresentado pela vice-presidente do CEAS, Aline Araújo, que saudou os presentes e contextualizou que a discussão já havia sido iniciada na reunião anterior, quando o Conselho deliberou e aprovou a

utilização dos rendimentos de aplicação financeira no exercício de 2025. A vice-presidente explicou que a análise atual refere-se à utilização dos recursos oriundos da Portaria MDS nº 886/2025, especificamente da modalidade GND4 – Grupo de Natureza de Despesa voltado a investimentos. Esse grupo permite a aquisição de itens duráveis, como computadores, impressoras, veículos e mobiliário, em contraposição ao GND3, destinado a despesas de custeio.

Aline Araújo detalhou que os recursos, provenientes de emendas parlamentares federais, foram centralizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e redistribuídos entre estados e municípios de forma equitativa, conforme a natureza da despesa cadastrada. No caso do Estado da Bahia, os recursos foram destinados aos Centros POP e às unidades regionais de acolhimento, por se tratarem de equipamentos da proteção social especial, de competência estadual.

A vice-presidente apresentou quatro pontos para apreciação do Conselho: (1) autorização para utilização dos rendimentos de aplicação financeira, permitindo ampliação dos itens inicialmente programados; (2) autorização para substituição de itens, como a troca parcial de notebooks por tablets, conforme indicação das equipes dos Centros POP; (3) substituição do Centro POP de Itapuã, em Salvador – atualmente fechado – pela unidade regional de acolhimento de Cundeúba, além da inclusão das unidades de Itiúba e Pindobaçu, previstas para implantação ainda em 2025; e (4) autorização para exclusão de itens previamente previstos, com base em justificativas técnicas e operacionais.

A apresentação destacou, ainda, que as alterações de itens e quantitativos dependem da atualização de valores de mercado e de rendimento da aplicação financeira, os quais serão informados em reuniões subsequentes, mantendo a prática de transparência adotada pela gestão. Por fim, foi informado que os parlamentares responsáveis pelas emendas foram o senador Jaques Wagner e os deputados federais Zé Neto e Valmir Assunção – este último responsável pela emenda que viabilizou a aquisição e entrega recente de veículos aos Centros POP. Após os esclarecimentos, a palavra foi passada à conselheira Emanuela Brito, coordenadora da Comissão de Financiamento, para apresentação do parecer sobre o tema.

Na sequência, a coordenadora da Comissão de Financiamento, conselheira Emanuela Brito, pontuou a necessidade de correção da nota técnica encaminhada previamente, uma vez que ainda constava, de forma equivocada, a Unidade Regional de Eunápolis como unidade contemplada. A vice-presidente Aline complementou, esclarecendo que Eunápolis não tem unidade regional, embora a programação esteja correta.

Além disso, foi apresentada a solicitação de autorização para substituição do CREAS de Santo Antônio de Jesus pelo Centro POP do mesmo município. A vice-presidente explicou que, à época da programação, o Centro POP ainda não havia sido implantado, o que impossibilitava seu registro. Diante disso, optou-se, provisoriamente, por cadastrar o CREAS, com a previsão de posterior substituição, agora submetida à deliberação do colegiado.

A vice-presidente também reforçou que todos os dezoito Centros POP existentes no estado foram contemplados com recursos para aquisição de equipamentos, sendo o único a ser retirado da programação o Centro POP de Itapuã, em Salvador, atualmente fechado. Aline informou que, há aproximadamente dois meses, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social solicitou ao Estado um parecer sobre o funcionamento da referida unidade. Em resposta, foram realizadas visitas técnicas e reuniões com a gestão municipal, que justificou o fechamento e manifestou intenção de reabertura. Contudo, como ainda não há previsão concreta para o restabelecimento das atividades e considerando a necessidade de execução do recurso ainda no exercício de 2025, foi proposta a substituição dessa unidade.

A coordenadora Emanuela ainda pontuou que há outro ajuste necessário na nota técnica que deverá ser registrado e mantido no arquivo do Conselho de forma atualizada. Ela explicou que, embora o texto da nota mencione 16 unidades regionais de acolhimento, a tabela anexa já contempla as três unidades adicionais que serão implantadas em 2025: Itiúba, Condeúba e Pindobaçu. A coordenadora solicitou que essa informação conste formalmente como retificação, para garantir a consistência documental do processo.

Reforçou a importância da política de atendimento à população em situação de rua, destacando que o tema foi amplamente debatido na comissão, inclusive com a participação da Superintendente Leísa Sousa. Ressaltou ainda a necessidade de celeridade na execução dos recursos oriundos do GND4, que têm prazos legais definidos e que envolvem etapas burocráticas como licitação, contratação e aquisição, o que pode comprometer a utilização integral caso não haja planejamento e agilidade.

Enfatizou que os recursos serão utilizados para equipar os centros públicos e que cada unidade possui necessidades específicas, como notebooks, tablets, liquidificadores industriais, lavadoras e secadoras, entre outros itens, e que esse mapeamento será detalhado e apresentado na próxima reunião do CEAS, conforme compromisso assumido pela comissão.

Por fim, a coordenadora recomendou ao colegiado a aprovação das alterações apresentadas, ressaltando a urgência e a coerência das propostas diante das demandas reais do serviço e da temporalidade dos recursos. Reforçou ainda a importância da deliberação do Conselho para que o processo siga com a devida legitimidade e eficiência, colocando-se à disposição para esclarecimentos e manifestação dos demais conselheiros.

A Presidente Sueli Oliveira fez um importante pronunciamento de cunho político e pessoal, relatando sua trajetória enquanto mulher que viveu em situação de rua por quase sete anos. Ela chamou a atenção para a necessidade urgente de capacitação adequada dos profissionais que atuam com a população em situação de rua, criticando práticas de desrespeito, despreparo e violações recorrentes nos serviços socioassistenciais, em especial nos Centros POP. Reforçou a importância da abordagem humanizada e crítica por parte dos profissionais e pediu o engajamento de todos os conselheiros no acompanhamento e fiscalização dos serviços, enfatizando a necessidade de garantir direitos e não reproduzir práticas assistencialistas.

Após os debates, os pontos foram submetidos à votação e aprovados por unanimidade pelo plenário do Conselho.

2. 3% IGD SUAS

O segundo ponto de pauta tratou da apresentação e apreciação da proposta de destinação mínima de 3% dos recursos do IGD-SUAS para os Conselhos Municipais de Assistência Social. A apresentação foi conduzida pela representante da gestão estadual e conselheira do CEAS Gabriele Dultra, que iniciou contextualizando a pauta com base na apresentação previamente realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do mês de maio, já devidamente pactuada entre os seus membros. Foi explicado que o IGD-SUAS Bahia é um indicador que avalia a qualidade e a eficiência da gestão das ofertas socioassistenciais nos municípios, funcionando também como um medidor de desempenho das gestões locais. Com base nos resultados trimestrais do índice, a gestão estadual realiza os repasses financeiros aos municípios, os quais são aplicados nos três meses subsequentes à avaliação.

A apresentação destacou as principais atualizações promovidas desde a implantação do IGD-SUAS nesse formato, na Bahia, incluindo a nova estratégia de repasse mensal iniciada em maio de 2025. Antes dessa mudança, o repasse era realizado semestralmente; com a atualização, cada município passou a receber parcelas mensais no valor de R\$ 3.000,00, totalizando R\$ 36.000,00 ao longo do ano. Foi enfatizado que essa reformulação atendeu a uma solicitação do COEGEMAS, apresentada pela conselheira Emanuela no âmbito do CEAS, de assegurar que, no mínimo, 3% dos recursos do IGD-SUAS sejam destinados ao fortalecimento do controle social nos municípios. A proposta foi levada à CIB e pactuada, reconhecendo a importância do apoio à atuação dos Conselhos Municipais.

Durante a exposição, foi feita uma análise crítica da situação enfrentada pelas gestões municipais quanto à utilização dos recursos da assistência social. Foi apontado que muitos municípios acumulam saldos significativos em conta, decorrentes de dificuldades relacionadas ao conhecimento técnico sobre gestão orçamentária e financeira. Essa questão, inclusive, tem sido recorrente nas discussões das conferências municipais, juntamente com a necessidade de ações de educação permanente para conselheiros(as) e o agravamento das condições de trabalho dos profissionais da política de assistência social, especialmente no que se refere à saúde mental.

Foram apresentadas, ainda, as possibilidades de uso dos recursos específicos do IGD- SUAS destinados ao controle social, como aquisição de mobiliário e equipamentos eletrônicos, pagamento de diárias e passagens, custeio de alimentação em atividades externas, contratação de serviços de terceiros, pequenas reformas e capacitações — item que tem se mostrado especialmente necessário. Por fim, foi exibido um comparativo do valor do IGD-SUAS repassado desde 2023, ano em que o programa foi implementado com valor inicial de R\$ 5.000,00 por município (divididos em duas parcelas semestrais de R\$ 2.500,00). Em 2024, esse valor foi ampliado para R\$ 10.000,00 por município, e em 2025 passou a ser distribuído mensalmente, com total anual previsto de R\$ 36.000,00.

A apresentação foi finalizada com agradecimentos e a pauta foi encaminhada à apreciação do colegiado.

Emanuela Brito, conselheira e coordenadora da comissão de financiamento, celebrou o avanço e destacou a importância do financiamento para o fortalecimento do controle social, sobretudo em contextos onde há fragilidade institucional dos conselhos. O parecer da Comissão foi favorável à aprovação da proposta. Que também foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes.

3. Prorrogação das Conferências Municipais;

Em continuidade à pauta, discutiu-se a solicitação de prorrogação do prazo para realização das conferências municipais de assistência social. O COEGEMAS havia solicitado uma prorrogação de 15 dias, e o município de Salvador, enfrentando dificuldades com licitação e planejamento, solicitou a realização nos dias 5 e 6 de agosto. Foi proposta e aprovada a prorrogação até 08 de agosto, sendo mantido o prazo final de inserção de dados no sistema estadual até 15 de agosto. A conselheira Luciana Ribeiro, representante do CEAS na CIB, reforçou a pressão vivenciada pelos municípios em junho, mês com diversas agendas simultâneas, e destacou a necessidade de compromisso com os prazos para não comprometer a sistematização estadual. O conselheiro do CEAS Lucas Gonçalves, que também é presidente do CMAS Salvador,

justificou a solicitação da capital e explicou que, pela primeira vez, serão realizadas pré-conferências nas ilhas de Maré e dos Frades. Foi apresentando também a sugestão de se produzir vídeos nas redes sociais para mobilização dos municípios, em especial os que ainda não realizaram suas conferências.

A proposta foi submetida à votação e aprovada por unanimidade pelos(as) conselheiros(as) presentes. Ficou deliberado que o novo prazo para realização das conferências municipais será até o dia 8 de agosto de 2025, com data limite para entrega dos documentos finalísticos até o dia 15 de agosto de 2025. A presidência reforçou a importância de que todos os municípios se atentem a esse novo cronograma, especialmente quanto ao prazo de envio da documentação, diante da necessidade de organização da etapa estadual.

4. SISCONFERÊNCIA e 15ª Conferência Estadual de Assistência Social e relato das Sub Comissões da Conferência.

A reunião prosseguiu com as atualizações sobre a organização da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. A vice-presidente informou sobre o andamento do sistema SISCONF, que passará por atualização para adequação às diretrizes do CNAS. Esclareceu que o sistema será aberto em breve para que os municípios possam cadastrar as deliberações e os delegados eleitos. Destacou o desafio de garantir a funcionalidade de um sistema eletrônico de votação, idealmente com o uso de aparelhos dedicados, como foi feito na conferência nacional. O local proposto para realização da conferência estadual é o Grand Hotel Stella Maris, que apresenta limitações de sinal de internet. Está sendo providenciada contratação de provedor com maior capacidade, mas ressaltou-se que a empresa contratada para o evento deverá garantir os equipamentos adequados.

Discutiu-se ainda a hospedagem dos delegados da sociedade civil. Ficou esclarecido que o Estado custeará hospedagem e alimentação somente desse segmento, cabendo aos municípios garantir a diária dos representantes do poder público. Exceções poderão ser discutidas, como para participantes com deficiência ou moradores das ilhas, como ocorrido anteriormente. Foram incorporadas ao termo de referência da conferência sugestões oriundas das avaliações da edição anterior, como melhoria da sala de bagagens, disponibilidade de tomadas e adequações de acessibilidade. O Termo de Referência será encaminhado à PGE, SAEB e SEFAZ para análise jurídica e orçamentária.

O coordenador da subcomissão, Jonata da Costa, apresentou as atualizações propostas para o SISCONF, sistema de informações da conferência. Explicou que os campos já existentes estão destacados em verde e as sugestões de inclusão ou alteração em salmão. Informou que, por limitações do sistema, os dados de município, UF e código IBGE serão ajustados automaticamente, dispensando preenchimento manual.

Foram sugeridas alterações nos marcadores sociais, como a inclusão das categorias “homem trans” e “mulher trans” no campo de gênero, e exclusão de termos inadequados no campo de orientação sexual. Propôs-se também ampliar o grupo de povos e comunidades tradicionais, incluindo pessoas em situação de rua e detalhamento da deficiência.

Sobre os delegados eleitos, destacou-se a necessidade de um campo para marcar o cumprimento das cotas, com justificativa em caso de não atendimento, especialmente para municípios de pequeno porte. As deliberações por eixo seguirão o modelo anterior, com atualização dos eixos temáticos e limite de 300 caracteres por proposta, conforme recomendação do CNAS.

A vice-presidente, Aline Araújo complementou a apresentação reforçando a importância da atuação dos líderes na mobilização dos segmentos para participação nas conferências municipais. Destacou que a responsabilidade pela observância das cotas de representatividade — como povos e comunidades tradicionais e pessoas negras — é dos próprios municípios, no âmbito das suas conferências. A conferência estadual, por sua vez, não pode impor essa obrigatoriedade, pois recebe os delegados eleitos conforme as deliberações locais.

No entanto, enfatizou-se a necessidade de orientação e estímulo aos municípios, especialmente àqueles com presença significativa de povos indígenas, para que elejam representantes desses segmentos tanto no campo da sociedade civil quanto na gestão. Sugeriu-se ainda que o sistema registre essas informações para que o Conselho possa ter um retrato mais fiel do perfil dos delegados que participarão da conferência estadual, reforçando que a representatividade adequada só será possível com a mobilização e organização dos segmentos desde a base municipal.

A secretária executiva, Sarana Brito apresentou um panorama sobre o acompanhamento das conferências municipais de assistência social. Dos 417 municípios baianos, 242 preencheram o formulário informando a realização de suas conferências. No entanto, 175 municípios ainda não sinalizaram, o que representa um desafio para o Conselho e demanda mobilização das comissões e subcomissões de acompanhamento para intensificar a sensibilização e adesão dessas localidades.

Foi informado que, na conferência anterior, apenas cinco municípios não haviam realizado a etapa municipal. Estes já

foram contatados, dois já definiram data e os demais estão em processo de articulação. Entre os 242 municípios que sinalizaram a realização da conferência, 133 solicitaram palestrantes, sendo que 38 já realizaram ou estavam realizando o evento na data da reunião.

A secretária executiva destacou o esforço conjunto da SEADES, do CEAS e de conselheiros(as), incluindo a participação da Superintendente da SAS, Leisa Sousa e da própria Secretária da SEADES, Fabya Reis em eventos locais, com o objetivo de ampliar o alcance e garantir a efetividade do processo conferencial. Solicitou, ainda, o engajamento dos demais conselheiros na mobilização e acompanhamento dos municípios, informando que uma planilha será reenviada para que cada membro indique os municípios nos quais poderá colaborar.

Os conselheiros discutiram questões relacionadas à mobilização das conferências municipais e esclareceram dúvidas acerca das palestras magnas, que vêm sendo realizadas com o apoio dos conselheiros e colaboradores eventuais.

5. Relato das Comissões: Normas da Assistência Social; Financiamento; Política da assistência Social; Acompanhamento aos CMAS;

A coordenadora da Comissão de Normas, Gabriele Dutra, relatou que a comissão tem concentrado seus trabalhos na atualização do Regimento Interno do CEAS. Informou que ainda não foi definida a coordenação adjunta, pois no momento da reunião não havia outro representante do governo presente, como exige o regimento. Também foi discutida a composição das comissões, com consenso quanto à participação da presidenta e da vice-presidenta para garantir equilíbrio na distribuição.

Destacou que a conselheira Magda de Sousa sugeriu incluir no regimento artigos específicos sobre registros de presença em reuniões ordinárias, extraordinárias e das comissões, além de propor que faltas em reuniões extraordinárias não sejam contabilizadas. A sugestão gerou divergências entre os conselheiros. Outros pontos destacados incluíram a inclusão de dispositivos sobre a qualificação dos conselheiros, estratégias de educação permanente e o fortalecimento das atribuições da Secretaria Executiva, visando maior controle da participação.

Apresentou que o conselheiro Edval Serpa propôs a criação de um instrumento padrão de justificativa de ausências, para uniformizar os procedimentos e evitar informalidades. Gabriele Dutra complementou a proposta sugerindo a criação de um sistema interno, dentro da Rede SUAS Bahia, que permita aos conselheiros registrarem justificativas de ausência via CPF, fortalecendo o controle da participação. Também foi sugerido o reaproveitamento de um fluxo já existente para denúncias, com adaptações, visando retomar as visitas técnicas aos municípios, especialmente aqueles com denúncias ou de grande porte, o que deverá ser incluído como pauta na próxima reunião.

A vice-presidente reforçou a importância de garantir que as reuniões das comissões e do pleno ocorram preferencialmente de forma presencial, conforme discutido na presidência ampliada. As últimas reuniões ocorreram virtualmente por motivos específicos. Para o próximo mês, destacou-se a necessidade de priorizar a presencialidade, visto que a participação efetiva impacta diretamente o quórum necessário para deliberações importantes, que exige quórum qualificado. Foi enfatizada a importância da participação de suplentes nas reuniões, com direito a voz e registro de presença, o que permite ampliar a representatividade, especialmente no campo da sociedade civil. Por fim, reforçou que a ausência de coordenação adjunta, como ocorreu na Comissão de Normas, compromete o funcionamento das comissões e sobrecarrega os coordenadores titulares, como foi o caso da conselheira Gabriele.

A coordenadora da Comissão de Financiamento, Emanuela Brito informou que não repetiria os pontos já deliberados anteriormente na reunião. Ressaltou apenas uma indicação de pauta para a próxima reunião do CEAS: O reordenamento do Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência, voltado à Residência Inclusiva. Justificou o pedido com base no diálogo realizado com a Leisa Sousa, que destacou a relevância de o tema ser debatido com a Comissão de Financiamento e com o setor orçamentário.

Da Comissão de Política, o conselheiro Jonata da Costa iniciou sua fala destacando que este ano o SUAS na Bahia completa 30 anos, considerando a Lei Estadual nº 6.995, de dezembro de 1995. Informou que, em celebração a essa data, está sendo planejada uma atividade comemorativa, incluindo o lançamento de uma revista especial sobre os 30 anos do SUAS na Bahia. Apontou que, além dos artigos produzidos no âmbito da gestão, os(as) conselheiros(as) também poderão contribuir com a publicação, por meio da escrita de artigos individuais ou coletivos. Para isso, os interessados devem manifestar à conselheira Luciana, com brevidade, a intenção de participar, tendo em vista que os artigos devem ser finalizados ainda no mês de julho, para viabilizar o processo de diagramação e publicação da revista a tempo do evento comemorativo.

A coordenadora da comissão de Política, Luciana Ribeiro informou que a reunião realizada no dia anterior, foi bastante

produtiva, com quase duas horas de intensas discussões e sugestões. Entre os temas tratados, destacou-se a necessidade de acompanhamento dos planos de providência. Também foi abordada a importância da capacitação dos novos conselheiros do CEAS, bem como dos conselheiros municipais. Destacou, ainda, como encaminhamento prioritário, a construção do plano de ação da comissão, apontando a urgência na sua elaboração.

Foi discutida a importância da interlocução entre os conselhos, em especial com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CECA, considerando que o SUAS atende crianças e adolescentes vítimas de violência. A conselheira se comprometeu a fortalecer essa articulação, visto que integra ambos os conselhos.

Por fim, solicitou que a próxima reunião da comissão ocorra de forma presencial e durante todo o dia, tendo em vista a necessidade de avançar na construção do plano de ação e de outras deliberações estratégicas da comissão.

A coordenadora Luciana Ribeiro complementou destacando a sugestão de aproveitar a reunião presencial prevista para o próximo mês, propondo que a Comissão de Política se reúna conjuntamente com a Comissão de Financiamento, a fim de discutir pautas comuns.

Reforçou a importância da capacitação para os novos conselheiros do CEAS, especialmente aqueles que ainda estão em processo de familiarização com a política de assistência social. Mencionou o apoio anterior promovido pelo CEAS aos conselheiros recém-chegados e indicou a necessidade de ampliar essa iniciativa para os atuais integrantes.

Além disso, sugeriu a realização de capacitação voltada aos conselhos municipais de assistência social, tendo em vista as recentes mudanças e a identificação de equívocos recorrentes sobre o papel desses conselhos nos municípios. Destacou a relevância de construir esse processo em conjunto com as representações das regiões, visando maior alinhamento e fortalecimento da atuação local. Finalizou ressaltando a urgência na construção do plano de ação da comissão e, caso não exista ainda um documento base, propôs que se inicie essa construção “do zero”, de forma colaborativa.

Informes:

A presidente informou sobre a realização da 67ª Reunião do FONACEAS (Fórum Nacional de Conselhos de Assistência Social), que ocorrerá na cidade de Aracaju, entre os dias 15 e 18 de julho. Destacou a importância da participação e articulação do CEAS nesse espaço nacional de debate sobre o controle social da política de assistência social.

N a sequência, o conselheiro Edval Costa, representando o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Fórum de Identidades Negras, trouxe um informe com caráter de denúncia: relatou o caso de um médico anestesista preso em flagrante, em 2022, suspeito de estupro de uma adolescente de 13 anos, em um carro estacionado nas dependências da maternidade de São Caetano, em Salvador.

Diante da gravidade da situação, solicitou o apoio da conselheira Luciana Ribeiro, também membro do CECA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), para que articule junto ao referido conselho o acompanhamento e encaminhamento da denúncia, bem como a adoção das providências cabíveis no âmbito da proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

A presidente agradeceu a presença de todos e todas e, antes de encerrar os trabalhos, informou os indicativos de pauta para a próxima reunião ordinária do CEAS, conforme deliberações e encaminhamentos registrados ao longo da reunião: Apresentação do Plano de Acompanhamento das Condicionalidades, conforme discussão iniciada pela Comissão de Benefícios e Transferência de Renda na reunião do mês de abril; Discussão sobre o Reordenamento dos Termos de Colaboração para a Residência Inclusiva, conforme solicitado pela Comissão de Financiamento; Apresentação do Panorama do Benefício de Prestação Continuada (BPC); Atualizações sobre o Ciclo PROCAD; Elaboração e apreciação do Plano de Ação do Conselho.

Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos(as) e a reunião foi encerrada.



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Correia Ribeiro, Técnico Nível Superior**, em 24/07/2025, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Conceição Pinto Souza, Representante Legal da Empresa**, em 24/07/2025, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kâhu Santos Soares Pataxó, Usuário Externo**, em 24/07/2025, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Sueli Sobral Oliveira, Usuário Externo**, em 24/07/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edval Costa Serpa Junior, Usuário Externo**, em 24/07/2025, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sarana Kellen Souza Brito, Secretário(A) Executivo(A)**, em 24/07/2025, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Maria Machado Pimentel, Usuário Externo**, em 25/07/2025, às 07:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Sena Freire, Usuário Externo**, em 25/07/2025, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Verinilson Lima Lucio, Usuário Externo**, em 27/07/2025, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanuela Silva Brito, Usuário Externo**, em 28/07/2025, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Dias de Oliveira, Usuário Externo**, em 28/07/2025, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ribeiro Xavier Santos, Usuário Externo**, em 31/07/2025, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Gonçalves de Jesus, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Oliveira Costa, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Alves Da Cruz Ferreira Borges, Usuário Externo**, em 04/08/2025, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonata da Costa Lopes Oliveira, Coordenador III**, em 07/08/2025, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Araújo Silva, Coordenadora Técnica**, em 08/08/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00118740668** e o código CRC **52FF6138**.

Referência: Processo nº 093.1696.2025.0000745-99

SEI nº 00118740668